

**Educação inclusiva e seus desafios em instituições de ensino.**

Mirian Aparecida Aguiar Brandão<sup>1</sup>  
Fausto Rocha Fernandes<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo propõe reflexões sobre um tema ainda pouco discutido: o processo de inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo nas instituições de ensino. Ainda há muita desinformação, indiferença e até mesmo preconceito por parte da sociedade e ausência de políticas públicas mais efetivas, proporcionando as pessoas com deficiência uma série de obstáculos para que possam atingir a plenitude do gozo de seus direitos. O presente estudo baseia-se em revisão bibliográfica, desenvolvida a partir de pesquisas em livros, artigos científicos e literatura diversa, cuja pluralidade possibilitou uma abordagem holística sobre o tema.

**Palavras chave:** Deficiência, Paradigmas da deficiência e educação inclusiva.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade é um assunto que precisa ser colocado em pauta e por vez formar mais debates que possam contribuir positivamente, tanto no âmbito privado, quanto no público, visando promover mudança de paradigmas historicamente desenvolvidos e sedimentados. Percebe-se que todo o histórico de deficiência vem acompanhado de um conjunto de batalhas, travadas por conta de tabus, estigmas, violação de direitos e preconceitos. Conforme Ferreira (2010) as pessoas com deficiência e seus familiares passam por diversas situações de discriminação, barreiras cotidianas de exclusão e descaso, sendo negligenciado diversas vezes o direito de cidadania.

---

<sup>1</sup>Graduando no Curso de Bacharelado de Psicologia, UNIFUCAMP - Centro Universitário de Mário Palmério.

E-mail: mirianaguiarpsi@gmail.com

<sup>2</sup> Prof. Docente na Instituição UNIFUCAMP - Centro Universitário de Mário Palmério.

E-mail: faustorochofernandes@bol.com.br

No campo teórico percebemos que há um conjunto relativamente bem estabelecido de regras, princípios e leis que abordam o assunto sob várias perspectivas. Contudo, quando adentramos no campo prático, das vivências cotidianas, das situações concretas enfrentadas, fica evidente as lacunas e carências existentes nos serviços de educação, saúde e trabalho destinados à população socialmente vulnerável (DANTAS; SOARES; FERREIRA, 2011).

Em meio a esse mosaico de desigualdade em que a sociedade ainda se encontra, um grupo heterogêneo que reúne diferentes tipos de deficiência, tais como: física, sensorial, intelectual e mental lutam por respeito e igualdade. Segundo dados obtidos através do Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui aproximadamente 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência (BRASIL, 2010).

É uma parte da sociedade que ainda permanece sem uma ampla integração no contexto social, que enfrenta inúmeras barreiras tanto de cunho social como também cultural, que a impede de ir além e buscar oportunidades, tornando-se cada vez mais objeto de julgamentos, estigmas e preconceitos. Por estes motivos esta parcela da população acaba se isolando e sendo isolada socialmente, sendo vistos com pouca frequência nas ruas, escolas, cursos superiores, empresas, entre outros diversos lugares que lhes é dificultado acesso, onde barreiras sociais existentes acabam por limitar a expressão de suas capacidades (DINIZ, 2003).

Para a condução deste estudo a pesquisa teve por base a seguinte pergunta: Quais condições são necessárias para tornar o processo de educação inclusiva favorável? Por meio deste questionamento busca-se entender quais são as dificuldades encontradas pelos profissionais, familiares e também pelos próprios alunos.

O estudo tem como objetivo geral verificar se as instituições e seus profissionais estão sendo preparados para o processo pedagógico envolvendo a alfabetização de alunos com deficiência nas salas de ensino regular e, através desta pesquisa, contribuir com o processo de inclusão plena, levando-se em conta a importância de acolher e respeitar a subjetividade de cada aluno.

O presente trabalho tem como objetivos específicos analisar o processo de educação inclusiva na ótica dos profissionais que atuam diretamente dentro das instituições públicas. Objetiva também investigar sobre a participação e iniciativa das famílias no processo de inclusão, como elas percebem a presença das pessoas com deficiência dentro do campo escolar e qual a sua importância e contribuição nesse processo. Por fim, tem também como objetivo observar e investigar esse aluno na sua subjetividade, como ele vivencia o processo de estar inserido junto aos demais alunos.

A pesquisa apresenta como justificativa pessoal a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre a temática trabalhada. Como justificativa social pontua-se a análise dos desafios que as pessoas com deficiência ainda enfrentam para conseguirem acessar a educação de forma plena. E quanto a justificativa científica busca contribuir bibliograficamente com os acervos que estejam direcionados a questões ligadas à educação inclusiva, pois trata-se de uma área do conhecimento que ainda conta com pouco investimento em pesquisas e produção científica.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1- Breve Histórico da Deficiência**

A deficiência vem conduzindo em seu contexto uma bagagem histórica, com momentos carregados de dor, preconceito e exclusão, outros com pequenos avanços que contribuem e agregam para mudanças na realidade atual. Diante os diferentes períodos, percebe-se que a maneira de entender e elaborar o que seria a deficiência e como se portaria diante o assunto teria e ainda tem grande interferência da época vivenciada, as crenças e também as concepções existentes nesse período. A maneira que a sociedade se relaciona com as pessoas com deficiência (PcD), percorreu por diversas transformações no decorrer da história, englobando principalmente o conjunto dos saberes e práticas que cruzam essa relação (CAMARGO; GOULART; LEITE, 2017 p. 801).

Caracterizam-se como pessoas com deficiência, aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (OMS, 1976 apud

FARIAS; BUCHALLA , 2005; p.188-189).A deficiência na antiguidade era marcada pela eliminação física ou pelo abandono , diversas vezes observada em extremos, ora vista como possessão demoníaca ou uma espécie de castigo divino , acarretando o abandono e a morte de muitas pessoas com deficiência. Tunes (2002) relata que no período da antiguidade clássica a sociedade ainda tinha uma visão direcionada ao sobrenatural em relação a deficiência, onde pressupunham ser um castigo, ou um mal advindo de forças superiores. Observa-se que muitas das figuras que personificavam a zombaria, as críticas e o entretenimento da época era relacionado à pessoas que tinham alterações parciais ou completas de um ou mais segmentos do corpo humano, tendo como um exemplo o bobo da corte (FRANÇA,2014).

A idade média foi marcada pela figura caritativa da pessoa com deficiência, onde interpretavam que teria vindo como um mecanismo divino de avaliar a fraternidade, sendo portanto, desenvolvido uma crença de que estaria satisfazendo a Deus , quando acolhiam-os (MIRANDA, 2004). Então esses grupos por vez, protegiam as pessoas com deficiência por acreditarem que estavam agradando aos deuses por estarem sendo caridosos . Para França (2014) no período da Idade Média devido ao poder que a igreja católica obtinha na época, a deficiência passou a ser espiritualizada, onde em muitos momentos ocorria a comparação de sua relação com à impureza e pecado, ação e até mesmo rejeições demoníacas.

Muitas famílias não sabiam lidar com as mudanças que poderiam acontecer no contexto familiar e acabava por vez, rejeitando-os. Conforme Gugel (apud FERNANDES, et.al.2011, pag.33) haviam pais que abandonavam crianças com deficiência dentro de cestos ou em lugares que naquela época eram tidos como locais sagrados de modo que, aqueles que conseguiram sobreviver, acabavam muitas vezes sendo explorados, tornando-se inclusive atrações de circo, sendo comumente culpabilizados pela sua deficiência.

Mesmo em um processo lento, a deficiência para Campos (2008) começa a deixar de ser percebida como algo sobrenatural apenas no século XVI, e a partir do século XIX começam as primeiras diferenciações do que seria doença mental e o que

seria deficiência mental. Então assim, os estudos sobre deficiência passam a ser abordados nos campos da Medicina, Psicologia e Pedagogia, alcançando espaços de pesquisa maiores.

Em Julho do ano de 2015 foi publicada a Lei n. 13.146/15, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, abrangendo o total de 127 artigos. É instituída com o intuito de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, visando que ocorra a inclusão social e cidadania. A criação dessa lei teve como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno (BRASIL, 2015).

## **2.2- Deficiência**

Mesmo no contexto atual, após mudanças sociais, a deficiência ainda é um tema abordado de forma simplista, onde a realidade nem sempre é retratada corretamente e seu conceito ainda se torna desconhecido diante grande parte da sociedade. Conforme a Lei nº, 13.146 da Constituição Federal:

“Art.2-Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015.)

Para Silva (2006) todas as atitudes que envolvem algum tipo de preconceito no processo de socialização, são consequências advindas da cultura e da história existente. Nessa trajetória, a deficiência é vista através das crenças e concepções sociais da época em que se vive, mas em praticamente todos os momentos o preconceito e as barreiras tornaram-se algo que faz parte do cotidiano da pessoa com deficiência,

ocasionando por diversas vezes a não aceitação no seio familiar, como também em grupos ou meios sociais. Segundo Dias (2013), essa associação da deficiência com incapacidade traga pela sociedade, tem relação com o histórico de eugenia sofrido pelas pessoas com deficiência, das implicações da normatização estabelecidas. Deparamos ainda com uma sociedade que traz consigo preconceitos enraizados, na qual grande parte acredita que as pessoas com deficiência seriam totalmente incapazes de realizar tarefas variadas, evidenciando essa concepção que, o preconceito social gera graves barreiras, as quais contribuem substancialmente para redução da eficácia do processo de inclusão.

Uma parcela da sociedade ainda continua com um olhar de julgamento diante uma pessoa com deficiência, criando rótulos e definindo-as pela deficiência que possuem. (VYGOTSKY, [1931] 1993). Quando depara-se com essas atitudes preconceituosas, sobre discriminarem e subestimarem a capacidade, origina assim processo conhecido como capacitismo. Conforme Vendramim (2019) o capacitismo caracteriza-se como uma leitura feita pelo indivíduo em relação as pessoas com algum tipo de deficiência, onde acredita-se que a sua condição corporal as torna menos capazes na execução de suas tarefas e objetivos.

Para Othero & Dalmaso (2009) encontro com a diversidade é repleto de estigmas, estereótipos e desigualdades, onde se constroem de maneiras subjetivas, históricas, sociais e culturais. Em meio a essa diversidade, as pessoas com deficiência compõem uma das parcelas da população que mais convivem com estigmas, passando por inúmeras situações de violação de seus direitos, contrariando assim nosso ordenamento jurídico, o qual estabelece que todas as pessoas devem ter seus direitos assegurados pelo Estado. Conforme o Art. 5º da Constituição Federal (1988) fica estabelecido que:

“ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]”. (BRASIL, 1988)

Entretanto, mesmo com dispositivo Constitucional definindo plena igualdade jurídica, proibindo qualquer forma de distinção, percebe-se no cotidiano o frequente negligenciamento e desrespeito aos direitos e garantias fundamentais das pessoas com deficiência, muitas das vezes por não serem englobadas em um padrão imposto pela sociedade, o que pode resultar em distinções de tratamento e oportunidades proibidas por lei.

Diante as barreiras encontradas, muitos dos direitos fundamentais da pessoa humana lhes são negligenciados e muitas vezes negados, como o direito à dignidade que, conforme estabelece o Art. 10 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), é dever do Estado garantir que a pessoa com deficiência tenha sua dignidade assegurada ao longo da sua existência. Também é assegurado que elas tenham o direito à saúde, para que possam ter acesso igualitário e não discriminatório aos cuidados, podendo ter acesso com equidade. Ressalta-se também o direito à educação, que visa possibilitar que essas pessoas tenham acessos a instituições de ensino regular, onde possam entrar, permanecer e ter seus direitos preservados diante do ensino, como as pessoas sem deficiência . (BRASIL, 2015).

Quando se fala de deficiência, cita-se quatro diferentes paradigmas que são: exclusão, integração, segregação e inclusão. A exclusão evidencia-se quando nenhuma atenção é destinada a esse grupo e são privados de qualquer tipo de convívio social, dos seus direitos políticos e até mesmo financeiros, sendo excluídos ou anulados também das atividades sociais, não tendo seu direito de cidadania plena preservado. Conforme Barbosa (2020) o processo de excluir significa apartar a pessoa de qualquer convívio social. Esse processo de exclusão ocorre em vários âmbitos da vida do indivíduo e se torna mais notório ainda no campo da educação e do trabalho, onde os recursos são inexistente e vagas são negadas. Segundo Breyer (2011) o processo de exclusão vai além das situações de discriminação e preconceito, pois também é considerada quando se tem um discurso de igualdade, quando na verdade é necessário trabalhar a equidade.



Na integração há a inserção de pessoas com deficiência, porém sem nenhuma adaptação ou assistência. Conforme citado também por Barbosa (2020) integrar significa que a pessoa com deficiência empreende esforços próprios para se adaptar ao meio social em que se encontra, composto por pessoas sem deficiência, ou a um meio especializado, que permite que a pessoa com algum tipo de deficiência interaja somente com pessoas com deficiência. Então, nesse momento, no âmbito escolar a pessoa com deficiência quando começasse a ter acesso à classe regular, deveria não causar nenhum transtorno ao contexto escolar. Essa pessoa tem que se adaptar às necessidades do grupo dominante.

A integração das pessoas com deficiência no processo produtivo é um dos maiores obstáculos para a sua inclusão social. Há ainda preconceitos em relação à sua capacidade contributiva em um conceito competitivo que hoje orienta o mundo empresarial. Este preconceito está relacionado ao desconhecimento acerca das reais possibilidades da pessoa com deficiência de se inserir como agente ativo do processo de produção, desde que lhe sejam dadas as oportunidades de desenvolvimento de todo o seu potencial ( COSTILLA, CARVALHO E NERI,2002)

No processo de segregação ocorre o distanciamento das pessoas com deficiência não só da sociedade, mas em vários âmbitos. No ensino regular são separados dos alunos sem deficiência em salas únicas, na sua grande maioria são atendidos apenas em instituições específicas. Segundo Amaral (2001) em meados do século XVII, pessoas com deficiência, principalmente mental, passavam por um processo de segregação total, onde eram internados em orfanatos, manicômios e em outros tipos de instituições estatais que existia naquela época.

Já a inclusão é a etapa mais almejada, que ainda encontra grandes obstáculos entre a teoria e a prática. A inclusão consiste no processo de aceitação integralmente das diferenças seja em casa, nas escolas em todo campo social. Consiste nos indivíduos terem seus direitos respeitados e terem uma abertura para novas possibilidades. Esse paradigma vem ganhando um espaço entre os debates da sociedade atual, abrangendo esferas acadêmicas, políticas e sociais, caracterizando-se pela inserção



e busca por oportunidades e garantias desse grupo que de alguma maneira são excluídas ou rotuladas no meio social, seja por alguma deficiência, raça, etnia, orientação sexual, gênero ou divisão de classes socioeconômicas.

Conforme Carvalho (1997) a inclusão é um processo que precisa ter uma trajetória progressivamente conquistada. A inclusão social ainda é um tema que deve ser explorado e, além disso, deve ser trabalhado de uma maneira mais árdua na sociedade, em casa, na comunidade, nas escolas e até mesmo nas políticas públicas, sendo uma mudança de paradigma em um meio cultural que não está acostumada a conviver com as diferenças.

Um grande marco no histórico da deficiência, se deu quando a ONU adotou em 13 de Dezembro de 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que tem como finalidade promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos, como também das liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, promovendo o direito de uma vida digna, com uma efetiva participação e inclusão na sociedade. Em 2008 uma nova notícia surge, quando o Brasil ratificou a CDPD, que a partir de então começou a adquirir novos status de Lei, surgindo então a adequação de toda a legislação com base no que está estabelecido nesta Convenção (BRASIL, 2009).

Contudo atenta-se a grande importância de redirecionar o olhar para processo de incluir pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais, principalmente no âmbito escolar, sendo-lhes permitido o processo de aprendizagem e ensino regular. Inicialmente para que esse processo de inclusão ocorra deve se levar em consideração todos os meios que o indivíduo está inserido ou não. Deve-se levar em consideração o ambiente familiar, como ocorre as interações e relações. Quando se trata da instituição deve se atentar se ela está preparada e apta para atender as necessidades desses alunos, seja com materiais didáticos e profissionais preparados, além da adequação da infraestrutura, pois trata-se também de um ponto de grande relevância que objetiva dar o suporte necessário à locomoção do aluno dentro da instituição.

### **2.3. Relações Familiares e Deficiência**

Idealizações, expectativas, fantasias e mudanças em vários âmbitos da vida marcam a chegada de um novo membro no contexto familiar. O nascimento vem em sua grande maioria carregado de planos e expectativas, a chegada de um filho idealizado e junto a ele o surgimento de vários projetos. Quando a família tem o nascimento de uma criança com deficiência, deparam-se com uma gama de sentimentos que por muita das vezes se torna difícil de elaborar e compreender suas emoções vivenciando assim, um momento de luto, medo, ansiedade, incerteza, não aceitação e até mesmo mudanças nas suas rotinas, onde muitas vezes é necessário um dos familiares abandonar o trabalho, para que possa dedicar mais cuidados e tempo a criança, deparando em alguns momentos com falta de tempo para si e em muitas circunstâncias torna-se presente na família a negação da criança com deficiência. (Park & Chung , 2015)

Para Falkenbach , Drexler , Werler (2008) quando nasce uma criança com deficiência, surge uma repercussão complexa e imprevisível de eventos no contexto familiar. A notícia muita das vezes faz com que o casal se sinta culpados pela perda de uma criança tão sonhada, idealizada e planejada. Nesse momento torna-se muito importante que a família tenha suporte de bons profissionais, onde esse acompanhamento familiar possa verificar indicadores de saúde mental, proporcionar um suporte social, trabalhando na compreensão do diagnóstico e na aceitação, fortalecendo o vínculo familiar propiciando qualidade de vida à todos (BRUNONI,et.al.,2016).

A aceitabilidade da notícia nem sempre acontece e pode variar tanto pelo histórico familiar, crenças, além de outros fatores como estigmas enraizados, preconceitos e até mesmo esterótipos. Muitos desses familiares acreditam que a deficiência impossibilita o indivíduo a diversos campos, como serem inseridos na educação, à momentos de lazer, ou de ter oportunidades de desenvolver suas potencialidades ou de possuírem um convívio social. Conseqüentemente, em diversos casos propicia que o processo de exclusão reinicie dentro do próprio lar.

Segundo Lopes, Kato, Corrêa (2002) quando um filho com deficiência vive em um ambiente que tenha a aceitação, amor equilibrado, demonstrações de afeto , acon-

tece de forma direta e até mesmo indireta, contribuições que possam auxiliar na reabilitação, pois a família é uma das primeiras e também uma das peças mais importantes nas relações interpessoais vivenciadas pela criança.

A Constituição da República Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, é referência mundial de norma constitucional focada na defesa e garantia dos Direitos Humanos. Ela estabelece em seu Art. 227 a responsabilidade da sociedade, do Estado e também da família em assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes, conforme:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,1988).

Nota-se que o dispositivo acima visa proteger as crianças e adolescentes de quaisquer formas de ação ou omissão que resulte em desrespeito às garantias fundamentais, visto que estão mais suscetíveis de terem seus direitos violados . Por isso, receberam atenção especial por parte dos Legisladores, os quais além da responsabilidade objetiva do Estado, incluíram também a sociedade e sobretudo à família na tutela dos direitos das crianças, adolescentes, independentes de serem deficientes ou não, visto que a Constituição Federal tem como postulado principal o princípio da igualdade.

## **2. 4. Educação Inclusiva**

A educação Inclusiva é um processo que vem ganhando força e levantando mais debates na sociedade nos últimos anos, pois durante muito tempo o único meio de acesso ao ensino para pessoas com deficiência eram em escolas especiais, modelo de educação que por vez era responsável pela segregação (Crippa; Vasconcelos, 2012).

A Psicologia e a educação foram duas áreas que obtiveram êxito em meados da década de 70, tendo um maior enfoque a partir de 1996, quando entra em vigor a

LDB (Del Prette, 2002). Nesse processo começa a inserção da educação inclusiva, que visa possibilitar o ingresso de pessoas com deficiência no âmbito escolar, sendo necessário ter condições estruturais para acolher e promover condições democrática dos alunos com deficiência, oferecendo assim, oportunidades significativas no processo de aprendizagem e contribuindo também no processo de interação social, nesse processo é necessário (Pletsch & Braun, 2008).

Para Mrech (1998) a educação inclusiva se caracteriza como o processo de inclusão de pessoas com deficiências ou transtornos de aprendizagem na rede de ensino regular, nos diferentes graus do ensino. Nesse processo, crianças e adolescentes com alguma deficiência e também as que não possuem deficiência frequentam as mesmas aulas com um apoio adicional personalizado. Conforme citado na Declaração de Salamanca (1996) nesse processo de educação inclusiva as instituições tem como dever acomodar todas as crianças, independente de qual sejam suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras.

Conforme Jannuzzi (2017) ao longo da história do Brasil as instituições de atendimentos escolares destinadas a pessoas com deficiência, trouxeram não só na sua prática, mas como também no contexto de seus profissionais as expectativas geradas de cada época, criando a preocupação de tornar possível de alguma forma a vida dos menos favorecidos da sociedade, mas patenteando também a segregação. Sendo direito de toda criança o acesso à educação, portando ainda se encontram muitas barreiras diante essa pedagogia, que ainda precisam centrar mais nessas crianças, buscando educar de uma maneira inclusiva os indivíduos de forma geral.

Pontua-se também a importância das instituições que possuem cursos superiores e profissionalizantes na área de educação, a inserção e a agregação de disciplinas específicas em suas grades curriculares, que adentrem e preparem os profissionais para o verdadeiro processo de educação inclusiva. Pois quanto mais envolver a formação e atuação docente, mais o processo ganhará força, como aponta a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Básica:

A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001, p. 26).

Com novas mudanças no mundo contemporâneo, e conseqüente surgimento de novos modelos educacionais, criam-se novas demandas direcionadas aos professores e também aos demais profissionais das instituições de ensino. Ao se depararem com situações que necessitariam de práticas pedagógicas novas, não abordadas na formação acadêmica tradicional, surgem nestes profissionais sentimentos tais como angústia e tensão. Por muitas vezes estes sentimentos não são considerados nas instituições públicas, podendo provocar nos profissionais desmotivação para trabalhar o processo de ensino e de inclusão numa mesma linha.

Configurada como um campo de atuação dos profissionais de psicologia, ainda é uma área pouco escolhida pelos profissionais, mas que começa a ganhar um espaço nas instituições. Todavia a inserção da Psicologia nas escolas teve como objetivo a necessidade de corrigir e adaptar, à escola, o aluno que tenha alguma queixa de aprendizagem (CORREIA ; CAMPOS, 2004; TANAMACHI, 2000). O psicólogo escolar além de ouvir a instituição ele também poderá auxiliar na identificação de crianças que tem alguma deficiência e acaba passando despercebida pelos pais e pelos professores.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de Estudo**

A pesquisa será pautada através de uma revisão bibliográfica, concentrada em publicações de materiais de cunho acadêmico como: artigos científicos, projetos e dissertações com assuntos relacionadas ao conteúdo, buscando que a temática se interligue com os objetivos propostos pelo estudo. A metodologia de pesquisa para Echer (2001) a revisão de literatura é imprescindível para que se possa elaborar um trabalho científico, onde o pesquisador deve acreditar na sua importância para um projeto com qualidade e também para o desenvolvimento de uma boa pesquisa.

#### **3.2- Amostra, local e período da pesquisa**

A presente revisão abarca consultas realizadas em plataformas online de cunho acadêmico, tais como: *Scientific Eletronic Library Online* ( Scielo), *Portal de Periódicos e eletrônicos no Brasil* (PePSIC) e o Google Acadêmico, com o intuito de possibilitar

mais conhecimento e informações sobre o tema proposto. Nas pesquisas foram utilizadas palavras-chaves como: Deficiência, Paradigmas da deficiência e Educação Inclusiva. Retratando ao período da idealização da pesquisa , iniciou-se se em Agosto de 2021 , findando em Novembro de 2022.

### **3.3-Critérios de Pesquisa**

Os critérios utilizados para a seleção dos materiais de pesquisa foram conteúdos de cunho científico que pudessem agregar ao assunto. Utilizando de palavras chaves como Deficiência, Paradigmas da Deficiência e Educação inclusiva. Os artigos pesquisados em sua grande maioria foi a partir do ano de 2000.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Branco & Ciantelli (2017) afirma que a família é considerada o primeiro universo de socialização de uma criança. Sendo assim, é uma peça de extrema importância para a integração de qualquer indivíduo no meio social, principalmente a inclusão de uma pessoa com deficiência.

A família então, pode ser considerada a socialização primária de um indivíduo, onde através dela, ele começa a construir a sua identidade individual e também a sua identidade social, exercendo seus primeiros papéis sociais. Quando esse indivíduo começa a frequentar a escola, ele então entra em contato com um grupo social mais amplo, onde se deparará com novos desafios e demandas diferentes.

Redirecionar cuidados as famílias que tenham filhos com deficiência é extremamente importante para auxiliá-las a se fortalecerem diante de situações de adversidades deparadas pela deficiência do filho, possibilitando que esse meio possa vivenciar interações familiares saudáveis (BARBOSA; BALIEIRO; PETTENGILL, 2012). Essa formação no âmbito familiar poderá influenciar muito na maneira como ele reagirá a esse novo grupo e essas novas demandas. Seguindo do contexto familiar, a escola é a segunda fonte de inserção do indivíduo em um meio social , então o fato de uma criança com deficiência ser inserida nesse contexto, começando nos períodos iniciais, possibilita que elas possam sentir acolhidas, se sintam pertencentes a sociedade e também que recebam estímulos que auxiliem a desenvolver suas potencialidades.

Para Barbosa, Chaud e Gomes (2008) é de grande valia que os profissionais repassem as famílias o diagnóstico da deficiência de maneira adequada, pois quando esse diagnóstico é dado sem os cuidados necessários, ele pode gerar bloqueios que desencadeie dificuldades para que essa família no enfrentamento a essa nova realidade, que é carregada de sensibilidade emocional.

Torna-se extremamente importante que, quando um indivíduo é encaminhado a um profissional, este reconheça a importância da família no desenvolvimento do indivíduo, pois ela é a unidade fundamental, na qual a criança cresce e se desenvolve, podendo gerar grandes marcos nesse indivíduo (BARBOSA; BALIEIRO; PETTENGILL, 2012).

A ideia de educação inclusiva inquieta e desequilibra as velhas concepções da escola, de tradição excludente histórica, que vê-se diante de uma proposta que implica substituir antigos paradigmas e olhar introspectivamente para si, introjetar novas crenças, assumir posturas condizentes, adotar metodologias diversificadas, fazer usos de ferramentas tecnológicas, investir na formação continuada dos professores e traduzir os novos conhecimentos em práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem e a inclusão de todos (MEC, SEESP, 2008).

A partir do referencial teórico exposto, nota-se que a escola é um local demarcado por demandas tanto de cunho social, quanto também por demandas econômicas com suas especificidades, onde muitas das vezes se torna sinônimo de um caminho fantasiado por destaque e sucesso profissional.

Educação Inclusiva tem um papel de extrema importância e precisa ser discutida entre os docentes e discentes, pois quando é organizada possibilita a garantia de corresponsabilidade cidadã, respeito às diversidades e trabalho contínuo com vias a que os participantes discutam práticas excludentes para superá-las (FIDALGO & CARVALHO, 2020).

Ainda é muito necessário retratar sobre as dificuldades pré-existentes no processo de inclusão, podendo citar a visão errônea de que a inclusão é somente o mero processo de inserir pessoas com deficiência em locais frequentados por pessoas sem deficiência. Como também os lapsos existentes nos serviços especializados, corroborando para a segregação do serviço prestado; Além do raciocínio de que inclusão



escolar se dá apenas no planejamento e construção de ambientes inclusivos. Podendo citar também a ideia de que a inclusão de forma efetiva pode ser alcançada em pouco tempo(Omote,2021).

Para Glat (1996) é justamente por subestimarem a importância da dinâmica familiar, que a inserção social de pessoas com deficiência na comunidade, via de regra não se realiza. Quando inicia-se a conscientização dentro dos próprios lares de que a pessoa com deficiência pode estar em qualquer ambiente , acaba estimulando assim que a família busque conhecer mais sobre os direitos, podendo proporcionar contribuições significativas e funcionais.

Para Fonseca (1995), a escola precisa desenvolver um compromisso que vise atender a diversidade humana, sem excluir ou segregar aqueles alunos que possuem dificuldades de aprendizado, pois quando acontece isso, a escola acaba por negar seu papel enquanto instituição social. Portanto torna-se perceptível que essa concepção e até mesmo a interpretação do que viria ser um modelo dito como padrão de aluno de uma instituição, acaba originando barreiras que dificultam ainda mais o processo de inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar.

Segundo SILVA, et al.(2020) a escola regular não deve ser um ambiente segregador, mas um espaço em que favoreça aos alunos oportunidades de aprendizagem com equidade. Quando todos estão inserido nesse mesmo ambiente, pode ocorrer trocas significativas, além de surgimento de estímulos que possa desenvolver habilidades.

Algumas técnicas, procedimentos e metodologias aplicadas nas escolas poderão ser aplicadas de forma genérica, podendo ser ressignificadas, mas também é necessário que se tenha uma atenção mais específica e individualizada para cada aluno. Percebendo assim que cada aluno tem suas peculiaridades, suas potencialidades e também suas dificuldades (SILVA,et.al,2015).

Através dessa visão de aluno idealizado como o modelo “padrão”, ou seja, aquele que atende as demandas da instituição, seja dedicado e tenha boas notas, projeta-se a convicção idealizada, na qual é um dever do aluno se enquadrar nas exigências escolares e na didática programada. Tal situação configura contradição à ideia de que a escola pode exercer um papel diferente, acolhedor, com um olhar mais

amplo, onde possa alcançar a demanda do aluno, levando em conta sua subjetividade, diminuindo assim uma das barreiras existentes que é o preconceito.

Conforme Crochík (2011), o preconceito é uma das grandes barreiras que dificulta a inclusão escolar, podendo apresentar-se sob três formas distintas: como a falsa aceitação, a hostilidade e a frieza. Conforme a visão do autor, essas formas estão correlacionadas a conceitos freudianos, como os modelos de formação reativa e identificação e como mecanismos sociais, como segregação e marginalização.

Segundo CAPPELINE & RODRIGUES (2008) o processo de inclusão começa a ter um olhar mais amplo, considerando questões que envolvem os princípios éticos, tais como: a celebração das diferenças, a visão de igualdade para todos, a valorização em relação à diversidade, o aprendizado cooperativo, a solidariedade, um olhar mais minucioso em relação a importância das minorias em relação à maioria e, principalmente, o direito que todos possuem de ter suporte que os permitam usufruir de uma vida digna, que possam ter direito e acessibilidade e à questões que envolvam lazer, cultura, trabalho e educação.

Para Breyer (2011) tanto as instituições escolares, como também as equipes de gestão devem compreender de forma sensível e consciente a real importância da escola para que possa desenvolver a inclusão, onde de fato, todos os níveis escolares tenham estratégias que possibilitem a acessibilidade para todos, levando em consideração a diversidade de cada aluno.

As instituições de ensino têm também como dever promover as condições que sejam favoráveis à acessibilidade aos ambientes, partindo desde os recursos de cunho pedagógicos, comunicação, propiciando informações e a promoção de diálogo sobre a valorização das diferenças (MEC, SEESP, 2008).

Freire (2005, p. 29) afirma que "não há educação sem amor" e "quem não ama não compreende o próximo", o que vem a justificar que, para ocorrer um processo eficaz de inclusão no cotidiano escolar, é extremamente necessário que também seja agregado a afetividade e a empatia.

Para Silva, et al. (2015) a inclusão escolar propicia aos alunos com deficiência a possibilidade de partilhar de um mesmo ambiente social educacional que os demais, estimulando a aprendizagem colaborativa e assim possibilita também que os demais

alunos aprendam mais sobre empatia, acolhimento, desenvolvendo o respeito à diversidade, à sensibilização e à tolerância.

Conforme Sasaki (2005) quando fala sobre acessibilidade deve se vincular diversos setores, como o arquitetônico, comunicacional, atitudinal, metodológico, instrumental e programático. Pois todos estando bem adaptados diminui fatores que levam a recorrências de situações que englobe preconceitos, estigmas e exclusão.

Para Breyer (2011) a definição de acessibilidade muitas vezes se associa apenas a barreiras físicas e possíveis soluções para eliminá-las, citando o exemplo das rampas, quando na verdade deveria ir mais além, abrangendo todos os aspectos e realmente compreendendo o que é de fato o processo de incluir, destacando a acessibilidade atitudinal, comunicacional e também a física. Adequando códigos comunicacionais, técnicas, teorias, abordagens, métodos, materiais, aparelhos, equipamentos, utensílios e tecnologias assistivas.

Os profissionais também podem se deparar com anseios, medos, falta de informação, dificuldades e até mesmo conflitos durante o processo de inclusão, podendo ter dificuldades no momento de criar ou adaptar o currículo, adaptação de tarefas e promoção de estratégias que possam englobar a participação de todos dentro da sala de aula (Leite, Silva, Mennocchi, & Capellini, 2011).

O fracasso da formação acadêmica do professor e a conseqüente falta de conhecimento disponível para proceder de forma pedagógica e coerente. Os autores também afirmam que a existência de leis não garante a inclusão. Por isso, é necessária uma sensibilização social conjunta sobre o tema da promoção da formação continuada em sintonia com os desafios da política de inclusão (Arruda; Castanho, 2015). Para que as leis sejam executadas é extremamente importante que a população as conheça, entenda quais são seus direitos e deveres quanto cidadãos.

Repolho, et.al (2018) afirma que é extremamente necessário que as políticas públicas se atentem para a formação dos professores, possibilitando-os que tenham acesso à informações e apoio necessário, para que possam compreender e ter seus medos acolhidos, conhecendo suas limitações e também dificuldades dos seus alunos que tenham deficiência, fazendo com que possibilitem também o processo de inclusão e a amenização de seus anseios.

O preconceito muitas vezes não parte apenas da sociedade, mas em muitas situações parte da própria pessoa com deficiência, pela não aceitação do seu quadro. A autopercepção de incapacidade, desenvolvida a partir de estigmas, ou até mesmo da superproteção exercida no âmbito familiar, como também a falta de estímulos recebidos, acaba por desenvolver no indivíduo bloqueios ou a crença de que ele não é capaz de desenvolver suas potencialidades. De acordo com Reis (2019) as experiências vivenciadas pelas pessoas com deficiência no decorrer da sua vida social tendem a cristalizar a internalização do sentimento de incapacidade de aprender algo, desenvolvendo o conformismo e baixa autoestima, vivendo uma vida limitada.

Por fim entende-se que o processo de inclusão não significa basicamente homogeneizar, mas sim, quando se dá de fato a oportunidade e espaço para que todos possam expressar e vivenciar as diferenças de maneira harmônica, construindo assim um ambiente acolhedor e empático, considerando a singularidade de cada indivíduo (SILVA; PEDRO; JESUS, 2015).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, através das pesquisas conclui-se que as condições necessárias para tornar o processo de educação inclusiva possível é a união do Estado, sociedade, família e instituição, onde todos busquem respeitar e resguardar os direitos das pessoas com deficiência. Compreende-se que falar sobre o processo de educação inclusiva vai muito além de ter apenas um projeto pedagógico estruturado, é sobre a necessidade e importância de considerar e entender o indivíduo na sua totalidade, olhando-o sempre na sua particularidade. É preciso ter um olhar mais empático e acolhedor para que possamos, assim, realizar uma leitura individual de maneira única, possibilitando o respeito e a integração de acordo com a subjetividade de cada um, percebendo assim, que as barreiras não estão presentes nos indivíduos, mas sim na forma em que estes são tratados no ambiente social.

Através da presente pesquisa conclui-se também o quanto é importante o processo de educação inclusiva, que quando ele realmente acontece nota-se uma mudança positiva no processo social, nas mudanças de papéis e responsabilidades, na

formação de ambientes educacionais mais flexíveis e também na importância da participação dos responsáveis.

É muito importante que não só a pessoa com deficiência tenha acesso à atendimentos com profissionais especializados, mas também toda a família e cuidadores, pois quando o indivíduo está integrado dentro da própria família, ele tem maiores possibilidades de ser incluído também na sociedade, quando se tem conhecimento sobre os direitos, aumenta a possibilidade em enfrentar barreiras que dificultam o processo de inclusão em diversos locais, principalmente na educação regular.

Atenta-se também ao decorrer da pesquisa sobre a importância de trabalhar sobre a inclusão nas instituições, com os profissionais, e também com os pais e familiares das pessoas com deficiência, além dos demais membros da instituição cita-se também possibilidades de abordar assuntos sobre inclusão até mesmo com os responsáveis dos outros alunos que integram a escola, pois quando a família é conscientizada as possibilidades do filho receber uma outra pessoa com deficiência pode se tornar mais fortalecida.

Então conclui-se que, para que ocorra um processo de educação inclusiva eficaz, é imprescindível que todos caminhem na mesma linha, seguindo o mesmo sentido. Nessa caminhada é importante a intervenção psicoeducacional no âmbito familiar, para que possam entender a importância de a criança pertencer ao espaço escolar. Em seguida também, é de extrema importância atentar a formação e capacitação dos profissionais das instituições públicas; que eles possam ter suporte às políticas públicas, além de materiais didáticos e estruturas adequadas nas instituições de ensino, proporcionando assim, que eles possam ter ferramentas suficientes para transformarem seus medos, preconceitos e ansios em conhecimento. A consequência natural deste processo é o surgimento de um ambiente que proporcione acolhimento, inclusão e ensino de qualidade, considerando a singularidade de cada aluno.

Cita-se também a importância desse aluno estar livre dos seus próprios preconceitos diante de sua deficiência, facilitando assim que ele possa se sentir pertencente ao ambiente no qual ele será inserido, levando-se em conta a necessidade de sempre compreender esse indivíduo em todo seu contexto.

Através do estudo também fica evidenciado a grande importância da presença de um psicólogo no contexto escolar, pois este profissional pode realizar investigações, como também mediações e redirecionamentos para que o processo pedagógico inclusivo possa apresentar melhores resultados e ser mais bem sucedido, considerando o desenvolvimento humano, o processo de aprendizagem e também as relações interpessoais do aluno. E também pontua-se sobre alertar para a importância em desenvolver pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, dando enfoque a grande importância da aceitação e inclusão começando dentro do próprio lar.

**Abstract:** The article proposes reflections on a theme still little discussed: the process of inclusion of people with disabilities, especially in educational institutions. There is still a lot of misinformation, indifference, and even prejudice from society and the absence of more effective public policies, providing people with disabilities with a series of obstacles so that they can reach the full enjoyment of their rights. The present study is based on a bibliographic review, which had as its reading and research sources scientific articles, literature and books that report on the subject, thus providing the preparation of the same.

**Keywords:** Disability, Paradigms of disability and inclusive education.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

ARRUDA, I. V.; CASTANHO, M. I. S. Inclusão de alunos deficientes mentais em escolas regulares: sentidos produzidos por professoras de escolas regulares e especial. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 23, n. 24, p. 20-40, 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542015000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542015000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 nov. 2022.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed.UFMG,1999.



BARBOSA, M. A. M.; BALIEIRO, M. M. F. G.; PETTENGILL, M. A. M. Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 194–199, mar. 2012.

BARBOSA, M. A. M.; CHAUD, M. N. & GOMES, M. M. F. **Vivências de mães com um filho deficiente: Um estudo fenomenológico**. Acta Paul Enferm, 21(1). 2008. [http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n1/pt\\_06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n1/pt_06.pdf).

BARBOSA, A. P. F. **Do modelo médico ao modelo intermediário: uma reflexão teórico-prática sobre a inclusão de pessoas com deficiência**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65090691/Do\\_modelo\\_medico\\_ao\\_modelo\\_intermediario\\_AnaPaulaBarbosa\\_Fohrmann\\_EditoraFi\\_2020-with-cover-pagev2.pdf?Expires=1652030503&Signature=AUZU12mDwph9w~TUj9BaT2rRP1g83QPow62RxT38Q6JF3npNBjkGRq9Fxl1ksY3S3eHnxwxCjOaOJnSERvloPE7iBOuXxGSsKWxqp4roeCSt3TwpVJIMwb~MO-KoclXaZSy6pU13yeazdg3KcKJgFFgFujtDZlnqKlb5Eln-pBgwDb-VExD~XNw~dMY~4E90sjUI8Cv7ICVDJpNTk2PddF2FDZeYS-IXS3wR5z8VyLYmPb~Mumtjr41H95B7Ft0-kMPC8Hfiv8sGld-KEn0BSm4POH1WkHqCMIBI8E69idRZ5~KSpUrN2h-lbGEaJzk5vBTljnMwRp~T6BhtzKQXwg\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65090691/Do_modelo_medico_ao_modelo_intermediario_AnaPaulaBarbosa_Fohrmann_EditoraFi_2020-with-cover-pagev2.pdf?Expires=1652030503&Signature=AUZU12mDwph9w~TUj9BaT2rRP1g83QPow62RxT38Q6JF3npNBjkGRq9Fxl1ksY3S3eHnxwxCjOaOJnSERvloPE7iBOuXxGSsKWxqp4roeCSt3TwpVJIMwb~MO-KoclXaZSy6pU13yeazdg3KcKJgFFgFujtDZlnqKlb5Eln-pBgwDb-VExD~XNw~dMY~4E90sjUI8Cv7ICVDJpNTk2PddF2FDZeYS-IXS3wR5z8VyLYmPb~Mumtjr41H95B7Ft0-kMPC8Hfiv8sGld-KEn0BSm4POH1WkHqCMIBI8E69idRZ5~KSpUrN2h-lbGEaJzk5vBTljnMwRp~T6BhtzKQXwg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)>. Acesso em: 05 de Abril de 2022.

BRANCO, A. P. S. C.; CIANTELLI, A, P. C. **Interações familiares e deficiência intelectual: uma revisão de literatura. Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 21, n. 2, p. 149-166, dez. 2017 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 nov. 2022.

BRASIL. **Censo Demográfico de 2010** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>> Acesso em: 20 de Setembro de 2022.



BRASIL. Constituição federal. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 07 de Junho de 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica Brasília: MEC; SEESP, 2001.**

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008a. Disponível em: . Acesso em: 16 de fevereiro de 2011

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em : 17 de Abril de 2022

BREYER, A. P. **Educação Inclusiva Transpondo barreiras para uma inclusão educacional.** Brasília,2011. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3306/1/2011\\_PatriciaAlvesBreyer.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3306/1/2011_PatriciaAlvesBreyer.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Brunoni D., Blascovi-Assis SM, Osório AAC, Seabra AG, Amato CAH, Teixeira MCTV, et al. Microcefalia e outras manifestações relacionadas ao vírus zika: impacto nas crianças, nas famílias e nas equipes de saúde. Ciênc Saúde Colet 2016; 21:3297-302.

CAMARGO, M. L.; GOULART J., E.; LEITE, L. P. **O Psicólogo e a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Trabalho. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3, p.

799–814, set. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/ngsbyT5Xz7JLTJnZCXPbRdC/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2022.

CAMPOS, P. M. X. **Deficiência E Preconceito: A Visão Do Deficiente. Universidade De Brasília-Unb Faculdade De Educação-Fe Mestrado Em Educação**. Brasília, 2008. Disponível em : <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6364/1/2008\\_PenelopeMXCampos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6364/1/2008_PenelopeMXCampos.pdf)> Acesso em: 10 de Outubro de 2022.

CAPELLIN, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. Educação**, v. 32, n. 3, p. 355–364, 2008. Disponível em : < <https://www.re-dalyc.org/pdf/848/84812707016.pdf>> .Acesso em: 16 de Outubro de 2022.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro, WVA, 1997. Disponível em : < <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/download/212/266>>. Acesso em : 18 de Abril de 2022.

CORREIA, M. ; CAMPOS, H. R. **Psicologia Escolar: histórias, tendências e possibilidades. O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar**. Natal: EDUFRN.P.137-185.

COSTILLA, H. G.; NERI, M. C.; CARVALHO, A. **Política de cotas e inclusão trabalhista das pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/518>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CRIPPA, R. M.; VASCONCELOS, V. O. **Educação Inclusiva: Uma Reflexão Geral. Cadernos da FUCAMP**, v. 11, n. 15, 2012. Disponível em: < <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/208>> . Acesso em:

CROCHÍK, J. L. . **Preconceito e inclusão. Revista do Instituto Cultural Marc Chagall, Webmosaica**, v. 3, n. 1, São Paulo.2011. Disponível em: < <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/22359/13016> > . Acesso em: 03 de Setembro de 2022.

DANTAS T. C. ; SOARES A. M. M. ; FERREIRA, W. B. **UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS QUE GARANTEM O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO.** Anpae-Simpósio. Trabalhos completos, 2011. <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0513.pdf>

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. (1996). **Procedimentos-padrão das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em assembléia geral, Espanha.**

Del Prette, Z. A. P. (2002). Psicologia, educação e LDB. In R. S. L. Guzzo (Ed.), *Psicologia escolar: LDB e a educação hoje* (pp. 11-34). Campinas, SP: Alínea.  
DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SED-PcD/ Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013.

DINIZ, D.. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista.** Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2014.

ECHER, I. C. **A revisão de literatura na construção do trabalho científico.** Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20. Disponível em : < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23470>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2022.

FALKENBACH, A. P.; DREXSLER, G.; WERLER, V. **A relação mãe/criança com deficiência: sentimentos e experiências.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, p. 2065–2073, 1 dez. 2008. Disponível em: <[https://www.scielo.org/article/csc/2008.v13suppl2/2065-2073/13\(2\):2065-73.>](https://www.scielo.org/article/csc/2008.v13suppl2/2065-2073/13(2):2065-73.>). Acesso em:

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 8, p. 187-193, 2005. A Classificação

Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas

Fernandes, L. B., Schlesener, A., & Mosquera, C. (2011). Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. *Revista InCantare.*, Curitiba v.2, p.132 –144. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/download/181/186>>.

Acesso em: 9 dez. 2022.

FERREIRA, W. B. Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas. *Disponível no site: [http://redhbrasil.net/documentos/biblioteca\\_on\\_line/modulo3/mod\\_3\\_3](http://redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line/modulo3/mod_3_3), 3.,2010.* Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03\\_ferreira\\_direitos\\_deficiencia.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf).

FIDALGO, S. S., & HO, M. P. **Formação de professores de inglês para inclusão de alunos com necessidades intelectuais específicas. Anais do XXXV ENANPOLL-Letras ao Norte: Linguagens e Pós-Graduação em chão vermelho.** São Paulo, 2020. Disponível em : <https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0955-1.pdf>>. Acesso em: 10 de Agosto 2022.

FONSECA, V. ,**Educação Especial: programa de estimulação precoce, uma introdução as ideias de Feurstein.** Artes Médicas. Porto Alegre, 1995 .

FRANÇA, T. H. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, 2014. Disponível em : <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550/6892>. Acesso em: 05 de Agosto 2022.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** v. 1. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (Coleção Educação e Comunicação).

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 4, p. 111-118, 1996.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Obra Jurídica. Florianópolis 2007.** Disponível em: <<http://www.am-pid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>> Acesso em: 09 Maio 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: < [https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia#:~:text=De%20acordo%20com%20dos%20divulgados,24%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs](https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia#:~:text=De%20acordo%20com%20dos%20divulgados,24%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs.)>. Acesso em: 11 de Abril de 2022.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação da pessoa com deficiência mental no Brasil**. Campinas, 2017, São Paulo . Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=\\_4otDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&ots=Kswk4oC1qL&sig=mJLnVE9bBJubsGNDW1BgDOgObP8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_4otDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&ots=Kswk4oC1qL&sig=mJLnVE9bBJubsGNDW1BgDOgObP8#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 05 de Maio de 2022.

LEITE, L. P., SILVA, A. M.; MENNOCCHI, L. M.; CAPELLINI, V. L. M. F. **A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva -Psicologia da Educação**, (n. 32, p. 89–111, 1 jun. 2011. Disponível em :[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752011000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100006) >. Acesso em : 05 de Outubro de 2022.

LOPES, G. B.; KATO, L. S.; CORREA, P. R. C.. **Os pais das crianças com deficiência: reflexões acerca da orientação em reabilitação motora**. São Paulo , v. 4, n. 2, p. 67-72, 2002 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872002000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000200008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 nov. 2022.

Ministério da Saúde (BR), Coordenação de Atenção a Grupos Especiais. **Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília; 1993

MIRANDA, A. A. B. (2004). **História, deficiência e educação especial**. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 15*, 1-7. Disponível em: <<https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>>.

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: USP, 1998. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/1-oque-e-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 05 de Outubro 2022.

OMOTE, S. A construção da inclusão: uma perspectiva histórica. **Revincluso-Revista Inclusão & Sociedade**, V.1., ed. Especial. nov 2021. p. 17-32. Disponível em: < <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/revincluso/article/download/608/401>> . Acesso em : 4 de Outubro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).2009. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Disponível em:< <https://news.un.org/pt/story/2009/02/1296871-onu-promove-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-portugues-para-o-brasil>>. Acesso em : 4 de Julho de 2022.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **CIF: classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. São Paulo: Edusp; 2003.

Organização Mundial de Saúde. CID –10, tradução do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 9 ed. Rev –São Paulo: EDUSP, 2003.

OTHERO, M.B.; DALMASO, A. S. W. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 177-188, 2009.

Park HJ, Chung GH. A multifaceted model of changes and adaptation among Korean mothers of children with disabilities. *J Child Fam Stud* 2015; 24:915-29

PLETSCH, M.; BRAUN, P.2008 **A Inclusão de Pessoas com Deficiência Mental: um Processo em Construção**. Disponível em: <<https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DE-DM-PROCESSO-DE-FORMA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2022.

REPOLHO, S. M.; PEREIRA, C. O.; PALHETA, R. M. DOS S. **A formação do professor frente à Educação Inclusiva de pessoas com deficiência**. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 14, n. 4, p. 034–056, 1 out. 2018. Disponível



em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11641/pdf>>.

Acesso em: 28 de Outubro 2022.

SASSAKI, R. K.A. **Inclusão: O paradigma do século 21**. Inclusão, v.1, n.1, p. 19-23, Brasília, 2005. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/35852350/Sasaki-R-K-Inclusao-o-paradigma-do-sec-21>>.

SILVA, B. M. D. C; PEDRO ,V. D. C; JESUS, E. M. **Educação Inclusiva**. 2015. Disponível em : [https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/educacao\\_inclusiva.pdf](https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf) .

SILVA, J. F. L. E et al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 2, n. 1, p. 1–14, 1 jan. 2020.

SILVA, J. F. L. E et al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 2, n. 1, p. 1–14, 1 jan. 2020. Disponível em: < <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3514/3151>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2022.

SILVA, L. M. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Rev. Bras. Educ. 11 (33) • Bahia. Dez 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHRtMWsRczTyhHHfLfQ3Csj/?format=pdf&lang=pt>>.

TANAMACHI, E. de R. Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em Psicologia Escolar. **Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos**, p. 73-103, 2000.

TUNES, E. **Incluir quem, por que e para que? A dimensão ética da inclusão**, Texto apresentado no XII Encontro Regional de Psicopedagogia, maio de 2002, Goiânia, GO, e publicado em seus Anais (p.14-21).

VENDRAMIN, C. **Repensando Mitos Contemporâneos: O Capacitismo**. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos. 2019. Disponível em: <https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/4393>>.



VYGOTSKY, L. S. ([1931] 1993). **Compensatory processes in the development of the retarded child.** In R. W. Rieber (Ed.), The collected works of L.S. Vygotsky: Fundamentals of Defectology (v.2, pp.122-38). Plenum Press.